

Procedimento utilizado no tratamento do câncer de próstata estará disponível em abril de 2026 e reforça avanço na assistência oncológica

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, nesta sexta-feira (5/12) a incorporação da prostatectomia radical assistida por robô ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. O procedimento torna-se a primeira cirurgia robótica com cobertura obrigatória pelos planos de saúde do país.

A decisão segue a recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que foi publicada em outubro de 2025 e passará a valer em 180 dias, prazo necessário para adaptação dos serviços e garantia de segurança assistencial.

Segundo o presidente da ANS, Wadih Damous, a medida representa “um passo importante na modernização da saúde suplementar, ampliando o acesso a tecnologias que oferecem melhores resultados clínicos e mais qualidade de vida aos pacientes”. Ele ressaltou ainda que a incorporação reforça o compromisso da Agência com a atualização contínua do Rol e a integração com as políticas públicas de saúde.

A diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Lenise Secchin, ressaltou que a atualização exige preparação adequada do setor. “A efetividade da medida depende de uma implementação estruturada. Nosso foco é orientar o setor para que a incorporação da tecnologia ocorra com segurança, qualidade assistencial e condições adequadas de oferta aos beneficiários”, afirmou.

A prostatectomia robótica é o método cirúrgico mais avançado para o tratamento do câncer de próstata. A tecnologia permite maior precisão durante o procedimento, reduz sangramentos, diminui o tempo de internação e melhora os resultados funcionais em comparação com as técnicas tradicionais.

A recomendação positiva da Conitec, publicada em outubro de 2025, considerou avanços nas evidências científicas e a existência de infraestrutura já instalada na rede pública, que já conta com 40 plataformas robóticas em operação no SUS. Pela lei, com a aprovação pelo SUS, a ANS deve incluir também no Rol da saúde suplementar.

Mas a adoção da tecnologia ainda enfrenta o desafio da interiorização desse procedimento, já que os equipamentos estão concentrados hoje nas regiões Sul e Sudeste. A inclusão ao rol deve ampliar os investimentos da saúde privada na expansão da capacidade instalada no país e entra em vigor em 1/04 de 2026.

Prevenção é fundamental

O câncer de próstata segue como o tumor mais incidente entre os homens brasileiros — descontados os casos de pele não melanoma — e deve registrar cerca de 70 mil novos diagnósticos por ano no país. O avanço da idade permanece como o principal fator de risco, e a maior parte dos casos ocorre após os 60 anos, faixa etária em que a atenção à saúde costuma diminuir por barreiras culturais, falta de informação ou dificuldade de acesso ao sistema de saúde.

Apesar dos avanços em tratamento e tecnologia, a doença ainda provoca mais de 16 mil mortes anuais, número que se mantém elevado em grande parte porque muitos tumores são descobertos tardiamente. Profissionais de saúde chamam atenção para um paradoxo que persiste há anos: enquanto o câncer de próstata tem altas taxas de cura quando detectado precocemente, boa parte dos pacientes só busca atendimento quando os sintomas já são evidentes — e, portanto, quando o tumor costuma estar mais avançado.

O desafio, apontam especialistas, é combinar conscientização, redução de estigmas e ampliação do acesso aos exames de rotina. Campanhas públicas e iniciativas de rastreamento têm avançado, mas ainda esbarram na dificuldade de atingir segmentos da população masculina mais vulneráveis. A expectativa é de que, com diagnóstico cada vez mais precoce e maior adesão aos cuidados preventivos, o país consiga reduzir de forma consistente a mortalidade associada à doença nos próximos anos.

Fonte: ANS, em 05.12.2025